

Gramsci e a democracia nos *Cadernos do cárcere*: a crítica à teoria das elites

LUCIANA ALIAGA*

Introdução

A análise do debate indireto, mas fundamental, estabelecido por Gramsci com os elitistas nos *Cadernos do cárcere* constitui o objetivo principal deste artigo. Esse debate é importante porque permite confrontar dois diferentes métodos de análise da política, vislumbrando perspectivas opostas sobre a crise da democracia parlamentar italiana que se desenvolveu na passagem do século XIX para o XX. Enquanto as análises de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto se concentram na esfera específica da política e suas particularidades, a reflexão gramsciana busca recursos na investigação conjunta da política, da economia e da história, o que contribui para a formulação do importante conceito de “revolução passiva”. Embora esse conceito já tenha sido amplamente tratado pela bibliografia gramsciana especializada, são ainda insuficientes os trabalhos que abordam a relação entre Gramsci e os elitistas nos *Cadernos do cárcere*, tanto na Itália, que hoje representa o centro mais dinâmico de investigação do pensamento de Gramsci, como no Brasil.¹

O interesse pelas reflexões críticas de Gramsci sobre os elitistas, contudo, dá sinais de vitalidade. Em obra recente, Alberto Burgio ressalta que qualquer estudo que se dedique à crítica gramsciana da democracia formal nos *Cadernos do cárcere*, antes de tudo, deve esclarecer a relação entre Gramsci e a teoria das

* Professora de Ciência Política da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: lualiaga51@yahoo.com.br.

1 Dentre as obras produzidas sobre a relação entre Gramsci e o elitismo, citamos: livros (Zarone, 1990; Medici, 1990; Femia, 1998; Finocchiaro, 1999); capítulos de livros (Sola, 2001; Aliaga, 2011; Burgio, 2014); teses e dissertações (Filippini, 2008; Fernandes, 2011; Aliaga, 2013) e artigos (Galli, 1967; Sgambatti, 1977; Schlesener, 2007; Aliaga, 2011; Bianchi e Aliaga, 2012 e 2012a).

elites (cf. Burgio, 2014, p.342). A reflexão de Burgio adquire um valor especial para este artigo na medida em que aborda a crítica gramsciana da democracia parlamentar de um ponto de vista “histórico-materialista”, articulando-a também ao tema da organização do consenso político (temas claramente relacionados ao conceito de hegemonia) no interior do debate com a teoria das elites. O autor, contudo, não analisa o tema em articulação com o conceito de revolução passiva, que ocupará capítulos diversos em sua obra. Nosso objetivo, portanto, difere de Burgio na medida em que nos propomos a analisar o diálogo com os elitistas sobre a democracia parlamentar articulando-o ao conceito de revolução passiva. Em outros termos, nossa hipótese sugere que o conceito de revolução passiva não apenas lança luz sobre a análise da crise da democracia parlamentar, que a reflexão gramsciana enfrenta num contexto de protagonismo das formulações elitistas, mas também pode ser considerado um desenvolvimento da reflexão sobre a democracia burguesa que se inicia nos escritos pré-carcerários, principalmente quando o autor discute a questão meridional.² Mostra disto é o conceito de “transformismo”, que não foi um termo criado por Gramsci, mas sim um vocábulo nascido no interior do parlamento para caracterizar um fenômeno político concreto, que se tornou prática corrente entre os partidos parlamentares, como veremos a seguir.³ Gramsci, ao analisar o período pós-unificação, dará sistematização e universalidade a esse termo, formulando o conceito de transformismo como uma das “formas históricas da revolução passiva” (cf. Q.8, §36, p.962). Os conceitos de revolução passiva e de transformismo, assim, consistem em um olhar histórico-materialista sobre a democracia parlamentar, isto é, uma abordagem que não se restringe aos fatos imediatos da política parlamentar, mas que busca explicação para os seus limites na formação histórico-política e econômica do Estado italiano. Entendemos, portanto, que estamos diante de um tema promissor que merece ser mais bem desenvolvido.

Para cumprir os objetivos a que nos propomos, iniciaremos o artigo com uma breve reflexão sobre o período *pós-risorgimental* e as condições políticas que configuravam uma crise parlamentar na Itália da passagem do século XIX para o XX. A seguir apresentaremos as diferentes análises de G. Mosca, V. Pareto e A. Gramsci a respeito da democracia parlamentar, as possíveis “soluções” para a crise, bem como procuraremos mostrar de que forma o conceito de revolução passiva pode lançar luz sobre esse contexto e sobre os problemas e limites da democracia parlamentar.

A crise

A revolução burguesa italiana não seguiu a chamada via clássica que tem como paradigma a Revolução Francesa, isto é, na Itália do *Risorgimento* não foram as

² Sobre isso, consultar Gramsci (2014).

³ O termo “*transformismo*” passa a ser frequente no vocabulário a partir de 1876 – ano da “revolução parlamentar” – como sinônimo de corruptela e de confusão (cf. Albertoni, 1965, p.81).

sublevações vindas de baixo que desencadearam o processo de criação do Estado moderno, pelo contrário, o processo foi dirigido a partir do alto, mais especificamente pela região do Piemonte, que tem na figura do conde de Cavour sua liderança mais importante. Cavour foi capaz de exercer uma influência proeminente sobre as lideranças das classes populares que se organizavam no Partido da Ação. Contudo, como afirma Procacci (1975), o Piemonte exercia sua direção não para satisfazer plenamente os anseios populares e suas reivindicações democráticas mas, sobretudo, para absorvê-las e, se possível, silenciá-las. O resultado desse desejo de criar o Estado unificado, dirigindo e, ao mesmo tempo, sufocando as reivindicações democráticas vindas das classes populares dá lugar a uma estrutura estatal que se configurou “mais como uma dilatação do velho Piemonte do que como um organismo político novo e original” (Procacci, 1975, p.390). Não por acaso, a capital do Piemonte, Torino, até 1864 coincidiu com a capital do reino, a despeito das dificuldades que os deputados da Itália meridional encontravam para chegar à capital, dadas a distância e a situação precária das ferrovias italianas (ibid.).

O novo Estado que surge da unificação da Itália, em vez de atribuir autonomia às regiões, baseia-se numa rígida centralização que resulta na transformação dos prefeitos locais em meros árbitros, “de tipo mais napoleônico que francês” (Procacci, 1975, p.390).⁴ Do mesmo modo, a lei eleitoral estendida a todo o país era idêntica à do Piemonte, isto é, um sistema censitário alto. Dado o baixo desenvolvimento econômico da maior parte das regiões, em especial aquelas do *Mezzogiorno*, esse sistema censitário restritivo se acentuou, tornando o voto um “privilégio de poucos notáveis”, possibilitando a um deputado eleger-se com poucas dezenas de votos (Procacci, 1975, p.390; ver também Cammarano, 2011, p.6). O Estado italiano nascia, assim, com uma forte característica centralizadora e restritiva da participação político-eleitoral, em outros termos, com uma separação

4 Havia uma explícita adesão ao Código Napoleônico enquanto modelo para o código civil italiano que entrou em vigor em 1866. A principal razão para isso era, segundo Cammarano (2011, p.9), “a vontade de impor um modelo de relações jurídicas baseadas na prioridade do direito de propriedade, o coroamento de uma vitoriosa ‘revolução burguesa’”, o que significava a superação de qualquer traço feudal. Destarte, a acentuada centralização e controle civil na Itália *risorgimental* dá a Procacci motivos para afirmar que o ordenamento institucional adquiria contornos mais napoleônicos que propriamente franceses, isto é, garantia a propriedade individual, mas restringia a participação política dos indivíduos. Ainda de acordo com Cammarano, a tentativa de descentralização administrativa apresentada pelo então ministro do Interior, Marco Minghetti, em março de 1861, foi veementemente rejeitada: o projeto não foi sequer votado, dada a hostilidade que encontrou por parte da classe política. O projeto previa a descentralização das atribuições de alguns ministérios mediante a delegação a funcionários do governo, bem como a atribuição parcial de tais funções a órgãos eletivos, restituindo, assim, algumas funções administrativas às províncias, e funcionando como uma forma de “equilibrar a ‘centralidade francesa’ e a ‘independência administrativa’” de tipo americano ou suíço. Sendo rejeitada qualquer tentativa de descentralização, o sistema centralizado em vigor desde 1859 acaba por se impor no período imediatamente posterior à unificação, como uma solução de menor risco para aqueles que pretendiam proteger a unidade nacional seja das forças reacionárias, seja do “extremismo democrático”, “acusados de alimentar o descontentamento das massas em função de uma transformação do ordenamento institucional” (Cammarano, 2011, p.7-8).

profunda entre elite e massa, entre um número limitado de governantes e a população governada e excluída politicamente. Mais do que isso, como os problemas administrativos não encontravam solução no parlamento, o governo acabou por ganhar um largo espaço de manobra na sua obra de “completar” a unificação, que constituía fonte perene de agitações. Em 1865, o ordenamento centralizado e hierárquico do novo Estado Italiano já apresentava seus contornos definidos: além de prefeitos que respondiam apenas ao governador, a lei de segurança pública reforçava as medidas de controle, assumindo características arbitrárias e antiliberais (Cammarano, 2011, p.9). Procacci chama a atenção para a possível atenuação dessa situação caso tivesse havido um movimento de oposição “capaz de canalizar o descontentamento existente, de incorporá-lo e apresentar-lhe alternativas realistas”, o que, nem Garibaldi nem Mazzini, lideranças do Partido da Ação, foram capazes de fazer (Procacci, 1975, p.391).

Uma vez completado o processo de unificação italiana, isto é, depois de 1870, a Itália pouco a pouco tomaria ciência de si como nação, e esta era uma nação com sérios problemas sociais: os analfabetos somavam 78% da população, as condições de vida nas áreas rurais não garantiam a subsistência mínima de seus habitantes, e enfim, o *Mezzogiorno* permanecia em uma situação de extremo atraso (Procacci, 1975, p.403). Nascia, contudo, uma nova oposição, se comparada à antiga oposição de inspiração mazziniana e garibaldina, “menos intransigente nos princípios”, “mais aderente à realidade das coisas”, nasce a “*Sinistra giovane*”, que era diversa da “*Sinista Storica*”⁵ justamente pelo “abandono das prejudiciais grandes reformas políticas” (Cammarano, 2011, p.19, 20; cf. também Procacci, 1975, p.404).

Nessa nova *sinistra* confluíam diversas orientações de esquerda. Ela era composta, sobretudo, por vastos estratos da burguesia e da pequena burguesia setentrional, mas também por parte da burguesia meridional e por estratos formados por democratas de vertente mazziniana e garibaldina (cf. Cammarano, 2011, p.18). Enquanto as reivindicações da parte setentrional e democrática da *Sinistra giovanese* compreendiam, sobretudo, uma política fiscal menos austera – elemento fundamental utilizado pela *Destra*⁶ para a saída da crise econômica

5 A *Sinistra Storica* italiana surgiu da confluência da esquerda no parlamento piemontês reunindo expoentes da tradição mazziniana e garibaldina. O grupo se reorganizou depois de 1848-1849 no Partido da Ação, e após a unificação, surge a chamada “*Sinistra giovane*”, que pode ser entendida como uma “nova versão” da esquerda, não desligada da *Sinistra Storica* mas diversa dela. No período pós-*risorgimental*, os expoentes mais notáveis da *sinistra* foram A. Depretis, B. Cairoli, F. Crispi, G. Nicotera, G. Zanardelli (cf. [http://www.treccani.it/enciclopedia/sinistra-storica-italiana_\(Dizionario-di-Storia\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/sinistra-storica-italiana_(Dizionario-di-Storia)/). Acesso em: 1 set. 2015).

6 A *Destra Storica* foi uma denominação formulada no parlamento italiano a partir de 1861, após a unificação. A rigor, consiste no reagrupamento político-parlamentar nascido em 1852 a partir de uma aliança centrista entre a parte mais liberal da direita moderada e a ala moderada da esquerda democrática, formando assim uma maioria parlamentar que permitiu ao conde de Cavour (1810-1861) assumir o cargo de primeiro-ministro na década de 1850 (cf. http://www.treccani.it/enciclopedia/destra-storica-italiana_%28Dizionario-di-Storia%29/. Acesso em: 1 set. 2015).

pela qual passava a Itália nos anos 1870 –, o alargamento do sufrágio eleitoral, uma maior descentralização e democratização do Estado; a burguesia meridional, formada por *galantuomini*,⁷ *menos preocupada com os processos de alargamento da democracia e mais interessada em resguardar certos privilégios, reforçava a necessidade de diminuir impostos e aumentar os repasses de fundos públicos para o Mezzogiorno* (cf. Procacci, 1975, p.404). A oposição era, portanto, uma coalisão de tendências variadas mais que um partido propriamente dito.

As eleições que ocorrem a partir de 1876 registraram o triunfo da *sinistra*. Contudo, contrariando as expectativas, a esquerda no poder não representou uma mudança radical de rota da política nacional: a despeito de um limitado reconhecimento do direito de greve e da extinção da taxa sobre cereais moídos (antiga reivindicação dos produtores agrícolas), as reformas não foram significativas, isto é, não houve impacto sensível sobre a educação pública e sobre a política (Procacci, 1975, p.405-7). Mas uma mudança ocorre no estilo de governo. A práxis parlamentar – da qual Agostino Depretis (um dos deputados da *Sinistra giovane* no parlamento e colaborador de Garibaldi na Sicília) era um dos mais hábeis – se orientava por assegurar ao governo uma congruente maioria no Parlamento. Para isso se faziam acordos de bastidores com os opositores com vistas a sua absorção no governo, seja por meio de favorecimento pessoal ou corrupção. Essa prática ficou conhecida como transformismo (Procacci, 1975, p.406).

Isso resultou na “transformação” dos partidos tradicionais e na formação de uma maioria estável no governo. A prática do transformismo foi, com raras exceções, tacitamente aceita por todos os grupos presentes na cena política de então e perpetuou-se para além da morte de Depretis.⁸ O próprio Giolitti, o mais importante estadista da *Destra storica* depois de Cavour, se valerá do transformismo como instrumento para manutenção de sua “longa hegemonia parlamentar” (Procacci, 1975, p.406). Por meio do transformismo foi possível levar a cabo algumas reformas possíveis feitas pela burguesia setentrional, mais progressista e democrática, com o apoio da burguesia meridional que estava, sobretudo, voltada para interesses corporativos. Em outros termos, o transformismo foi essencial para manter a coalisão de esquerda no governo. Nessa união, a burguesia setentrional ficava livre para empreender reformas democráticas, enquanto a burguesia meridional garantia

7 Cavaleiros ou *gentlemen*. Aqui o termo é empregado para ressaltar a distância entre essa burguesia, distinta, culta e honrada, e o restante da população, principalmente aquela do *Mezzogiorno*, pobre e, em sua maioria, analfabeta. Sobre a transposição da hierarquia social para o campo político como legitimação do sistema e, conseqüentemente, o distanciamento das massas populares de uma elite que se perpetuava no poder, ver Cammarano (2011, p.22-3).

8 Conforme esclarece Cammarano (2011, p.91-2), o termo “transformação” é retirado do vocabulário científico no qual se apoiava a cultura positivista da época. O uso desse termo no âmbito da política se deveu à difusão da “vulgata darwiniana”, segundo a qual a natureza opera por “evoluções”. Essa “lei”, quando estendida à política, tornou obsoleta a teoria da fidelidade ou obediência político-ideológica. Para Depretis, o transformismo dos partidos representava um verdadeiro e próprio progresso, uma evolução política dos partidos.

postos no governo, dando origem ao que ficou conhecido como “meridionização da administração pública”, que se tornou posteriormente característica da Itália contemporânea (Procacci, 1975, p.407).

Evidentemente a esquerda no poder não foi capaz de fornecer remédio à situação geral do país. Como observa Albertoni (1968), essa tarefa não poderia ser realizada por um governo, mas sim por toda a sociedade. Segundo o autor, o que ocorreu foi o contrário, essa esquerda herdou uma situação consolidada e a manteve, de modo a tornar a política de Depretis uma direção precisa da política nacional. Nesse sentido, o transformismo seria “o desenvolvimento político de uma práxis que, do ‘acordo’ ao compromisso unitário entre iniciativa dinástica e iniciativa democrática, resultou na ‘confusão’ entre a esquerda e uma parte da direita” (Albertoni, 1968, p.92).

Essa “confusão” entre direita e esquerda funcionava como um freio para o liberalismo setentrional. O sufrágio universal não foi aprovado no parlamento mesmo com o apoio de ilustres representantes da *Sinistra*, como Francesco Crispi,⁹ e da *Destra*, como o Barão Sidney Sonnino.¹⁰ Os avanços da reforma eleitoral de 1882 tiveram curto alcance perante as necessidades que a democracia na Itália exigia: se limitaram à aprovação do rebaixamento da renda, da idade e do grau de instrução exigidos para compor o colégio eleitoral (cf. Procacci, 1975, p.407). Essa reforma, que elevou o número de eleitores de 500 mil para 2 milhões na Itália, foi desenhada, contudo, de modo a favorecer mais a cidade que o campo. Quem, de fato, saiu beneficiada foi a pequena burguesia e os estratos mais elevados do operariado e dos artesãos. Em decorrência disso, enquanto a burguesia do norte encontrou liberdade e amplas possibilidades de desenvolvimento econômico, no sul, onde a reforma teve um impacto muito pequeno, a política permaneceu nas mãos das minorias e refém das clientelas (Procacci, 1975, p.407-8), de modo que, no lugar de se resolver as contradições regionais, aprofundaram-se aquelas já existentes.

Como observa Albertoni (1968, p.90-1), a “revolução parlamentar” que levou a oposição ao poder, na realidade, não passou de um rearranjo entre os grupos moderados e a oposição, isto é, uma parte da oposição passou a fazer parte do governo e parte dos moderados tornou-se oposição. A exemplo de outros males

9 Francesco Crispi (1818-1901) foi advogado, militante político, deputado eleito em 1861 e ministro de Assuntos Internos a partir de 1877. Esteve muito mais próximo de Mazzini e Garibaldi do que de Depretis, isto é, muito mais próximo dos princípios da *Sinistra Storica* do que dos *da giovane*. Embora permanecesse deputado da esquerda, aderiu ao monarquismo em 1865, distanciando-se de Mazzini. Continuou, entretanto, a combater os governos de direita por meio de artigos publicados em jornais como o *La Riforma* e no Parlamento (cf. <http://www.treccani.it/enciclopedia/francesco-crispi/>. Acesso em: 2 set. 2015).

10 Giorgio Sidney Sonnino (1847-1924) foi diplomata, fundador do periódico *La Rassegna settimanale* (que depois se tornou o jornal diário *La Rassegna*), deputado eleito em 1880 e ministro das Finanças a partir de 1893 (cf. [http://www.treccani.it/enciclopedia/sonnino-giorgio-sidney-barone_\(Enciclopedia-Italiana\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/sonnino-giorgio-sidney-barone_(Enciclopedia-Italiana)/). Acesso em: 2 set. 2015).

que atraíam críticas sobre o sistema parlamentarista do novo Estado, a corrupção não nasceu com a chegada da oposição ao poder, pelo contrário, há uma nítida situação de continuidade, tanto dos grupos no poder quanto das práticas de clientela. Como afirma Albertoni, o que permanecia, deste modo, era uma desconcertante “ausência de inteligíveis e ideológicas distinções entre os partidos”, além de uma crise política que se definia por um parlamentarismo praticado por uma restrita classe política, em uma nação ausente, no quadro de instituições nascidas em estado de emergência, em uma sociedade em geral não educada para a vida do livre regime político (Albertoni, 1968, p.92).

As diferentes “soluções” para a crise parlamentar da Itália *Risorgimental*

É no clima do antiparlamentarismo de fins do século XIX, isto é, de descrença nas instituições liberais e de uma “involução autoritária”, que G. Mosca publica o primeiro volume de seus *Elementi di Scienza Politica* (1895). Mosca dirige uma dura crítica ao parlamentarismo, especificamente ao seu aspecto burocrático, bem como à escassez de funcionários e políticos qualificados, elementos que em seu conjunto definiam os contornos da crise parlamentar: a lentidão das assembleias, a superficialidade da produção legislativa, a vacuidade dos discursos, o obstructionismo, as agressões verbais etc. (Albertoni, 1968, p.100).¹¹

Nessa obra, Mosca faz da classe política, caracterizada como uma minoria que monopoliza o poder político e que goza das suas vantagens, “uma verdadeira lei constante de todos os organismos políticos”, tornando, assim, a cisão entre uma minoria que governa e a massa de governados uma realidade permanente e inescapável (cf. Albertoni, 1968, p.98). Destarte, as “soluções” apresentadas pelo autor se orientavam pela “reconstrução da classe política sobre bases melhores”. Isso significava especificamente elevar os intelectuais a postos de responsabilidade política na administração pública. Estes, segundo o autor, constituiriam uma verdadeira “classe social”, “a terceira força que se impõe unicamente pelo saber” (De Mas, 1981, p.23). Neste sentido, essa nova classe política poderia demonstrar nos altos cargos do Estado, “a sua indubitável competência unida aos melhores sentimentos, nascidos da educação e da ciência” (De Mas, 1981, p.27).

A política científica dos intelectuais, todavia, requereria uma estrutura constitucional diferente, “na qual o saber tivesse o seu lugar no poder e estivesse em condição de confrontar e corrigir as outras forças políticas” (De Mas, 1981, p.43). Por essa razão, Mosca propôs uma reforma constitucional a partir de 1887, nas

11 De fato, Mosca teve um papel muito importante na crítica das instituições políticas. Entre 1861 e 1884, data da publicação da *Teorica dei governi e sul governo parlamentare*, a crítica ao regime representativo enquanto tal não existia no plano político. Ela se desenvolvia num plano jurídico, que parece secundário em relação à crítica da estrutura social e ética do país e da sua classe dirigente (Albertoni, 1968, p.82). O autor, contudo, nunca colocou em questão os valores do sistema representativo, pelo contrário, entendia que a ruína moral poderia derivar da supressão de um regime de discussão pública (Albertoni, 1968, p.100).

Costituzioni moderne, “onde a reabilitação da monarquia do ponto de vista efetivo e a renovação do Senado seriam os pilares de uma reorganização geral da vida do Estado” (De Mas, 1981, p.43). Para o autor, a situação de decadência da Câmara dos Deputados, com sua mentalidade “sectária e indigna” (De Mas, 1981, p.44), e o constitucionalismo puro haviam feito retroceder o sistema representativo. A monarquia, ao contrário, poderia representar um avanço na medida em que o rei estivesse apoiado por um eficiente conselho privado de caráter consultivo e, deste modo, colocado acima das manobras parlamentares, uma vez que seria estranho aos acordos dos políticos. Outro órgão situado acima dos partidos e dos interesses particulares seria a Suprema Corte Judicial, formada de modo misto entre juízes e políticos com o objetivo de julgar os ministros e deputados acusados de cometer delitos políticos (De Mas, 1981, p.44-5).

Como se vê, Mosca apresentava como solução a formação de uma nova classe política, isto é, uma classe de intelectuais que seria o árbitro máximo dos negócios de Estado. É preciso observar, contudo, que esta não deixa de ser uma solução autoritária, que aprofunda e institucionaliza a ideia de casta política baseada em qualidades pessoais superiores, intrínsecas, ausentes nas massas populares, isto é, esse quadro de funcionários especializados, munidos de capacidades intelectuais e morais superiores acabava por aprofundar sensivelmente a separação entre dirigentes e dirigidos. Para Albertoni (1968, p.84), Gaetano Mosca, natural da Sicília, tendo sido deputado e senador, se enquadraria entre aqueles políticos meridionais de classe média, voltados para a afirmação dos próprios interesses porquanto Mosca afirmava “o próprio direito e de seus amigos de entrar em uma classe dirigente ainda excessivamente exclusivista na sua composição por posição social, por convicção ideológica e pelo costume”. De acordo com Albertoni, “a identificação entre a classe média e a classe política é, de fato, um dos traços dominantes do Mosca mais maduro”.¹²

Em comum, Mosca e Pareto apresentam a rejeição ao marxismo e às teorias socialistas. Ambos os autores procuram, ao mesmo tempo, negar a teoria da luta de classes do socialismo e afirmar a classe enquanto classe política. Por exemplo, ao utilizar a expressão classe eleita, intercambiável por *elite*, Pareto (1923, v.3, §2031, p.257) está imprimindo um significado completamente diferente, ou mesmo antagonônico, a uma categoria central da análise marxista – a classe social.

12 De Mas (1981), contudo, afirma que Mosca, mesmo sendo um conservador, não era reacionário. Mosca, por exemplo, se opôs como deputado à extensão do sufrágio masculino aos analfabetos não porque fosse contra o liberalismo político, mas sim porque acreditava que o sufrágio universal seria um campo fértil para os partidos de extrema esquerda, que apresentavam remédios inadequados ao problema da democracia, isto é, soluções tão absolutas quanto imaginárias. A sua oposição, portanto, era devida “a este motivo – e não por uma oposição preconceituosa às justas reivindicações sociais” (p.19). Nessa posição de Mosca, contudo, fica evidente que o autor participava da ideia dominante segundo a qual “as grandes massas seriam muito fáceis de instrumentalizar e de dominar” (p.20). Por essa razão, Mosca aceitava a qualificação de antidemocrata, mas rejeitava a de antiliberal (p.53).

Seu método, ao contrário do que possa parecer, toma o indivíduo e não a coletividade como unidade de análise (ibid., p.259). O autor não refuta a teoria da luta de classes, pelo contrário, considera que “há em Marx uma parte sociológica que é superior às outras e que se encontra frequentemente de acordo com a realidade”, que é “aquela da luta de classes” (Pareto, 1974, p.693), contudo, a reinterpreta opondo a classe governante àquela governada. Em outros termos, “na sociologia de Marx, a distinção das classes é fundamental; na sociologia de Pareto, a distinção entre massas e elites é decisiva” (Aron, 2000, p.411).

Como sublinha Burnham (1963, p.46-47), para Maquiavel a política deve ser entendida primeiramente como a luta entre os homens por poder e privilégios. Pareto adere de maneira literal a essa concepção, de forma que, em seu sistema, os conflitos ritmam a vida social por meio de uma luta que se estabelece entre indivíduos em disputa pelo poder (cf. Busino, 1975, p.30, 46). Nesse sentido, a constatação de valor científico para Pareto não é a da ação organizada de classe como elemento de definição da vida política, mas o conflito intrínseco à vida social fundado sobre o indivíduo.¹³ Em função disso, na análise científica da sociedade deve-se tomar os indivíduos e não as classes sociais como unidade de análise, uma vez que esses indivíduos são as moléculas do sistema social (cf. Pareto, 1923, v.3, §2080, p.275). Sendo assim, o estudo da psicologia humana torna-se incontornável porquanto “toda obra do homem é obra psicológica”, “não só o estudo da economia, mas também aquele de todos os outros ramos da atividade humana é estudo psicológico”. Deste modo, Pareto entendia a crise do parlamentarismo como crise de uma elite que perdeu a capacidade de governo, não porque se corrompeu, mas porque os elementos que a compunham perderam a capacidade de usar a força e estariam, por isso, à mercê de uma nova elite vinda de baixo.

Para o autor, em especial na Itália, nunca existiu um governo no qual o “povo” tenha exprimido o seu querer “sem clientela, nem atritos, nem facções” (Pareto, 1923, v.3, §2259, p.405). Mas, se por um lado, para Pareto a massa da população apresentava-se intrinsecamente passiva e inerte, por outro, as elites governantes

13 Para o autor não há sentido em pensar que as classes agem diretamente na política a partir de projetos concebidos coletivamente em torno de uma única vontade. Por essa razão não se pode afirmar que a elite governante adote em conjunto medidas lógicas para consecução de programas (cf. Pareto, 1923, v.3, §2254, p.391). A única possibilidade de atingir os interesses de um grupo econômico inteiro, destarte, seria uma espontânea confluência de interesses e ações individuais (Pareto, 1923, v.3, §2254, p.392). Deve-se levar em conta também que, para Pareto, nenhuma classe social é homogênea (Pareto, 1974, p.180-1), “as classes sociais não são inteiramente separadas” porquanto “nas nações civis modernas ocorre uma intensa circulação entre as várias classes” (Pareto, 1923, v.3, §2025, p.254). Isto implica que haja uma mistura de indivíduos dos diversos grupos da população, de forma que a classe governante é heterogênea, isto é, não é formada por um mesmo grupo social. Neste sentido, o conflito social não pode ser definido – segundo Pareto – apenas entre “capitalistas” e “proletários” (cf. Pareto, 1923, v.3, §2231, p.377). Pareto considera, deste modo, que no estudo dos fenômenos reais não se encontra homogeneidade na sociedade humana porquanto os “homens são diversos fisicamente, moralmente e intelectualmente” (Pareto, 1923, v.3, §2025, p.254).

da burguesia europeia mostravam-se definitivamente ligadas a “um processo de inexorável declínio”, incapazes de reagir à força com que a nova elite socialista se impunha (cf. Bonetti, 1994, p.25-31). Pareto identificava a profunda crise de poder no fato de as elites governantes burguesas terem perdido a capacidade de usar a força (Bonetti, 1994, p.25-31). A partir da análise de *O príncipe*, de Maquiavel, e da história das aristocracias que se mantiveram no poder por longo tempo, conclui que na realidade concreta deve-se considerar como meios efetivos de governo fundamentalmente a força, pelo uso das armas, e a astúcia, como arte da clientela e da corrupção política (cf. Pareto, 1923, v.3, §2257, p.400).

Para o autor não faz sentido descrever a corrupção e a clientela como desvios, como “degeneração”, na medida em que nunca se viu a democracia em seu estado perfeito, isto é, nunca se conheceu concretamente aquele estado primordial do qual a democracia teria se desviado ou sofrido degeneração (cf. Pareto, 1923, v.3, §2260, p.405). Os governos ditos democráticos, aliás, pareciam ao autor estar “em estreita dependência” da arte e da clientela como meios de governo em detrimento do uso recorrente da força das armas (Pareto, 1923, v.3, §2259, p.404). O uso da fraude e da corrupção não consiste, portanto, numa degeneração dos governos realmente existentes, mas sim num desvio de ideais que nunca se concretizaram. Nesse sentido não se deve considerar acidental o fato de a política ser atividade de homens “desonestos”. De acordo com Pareto, “não é um caso fortuito que deu o poder a um homem de tal espécie, mas é a escolha, consequência das normas”, isto é, homens assim são escolhidos justamente em função de seus dotes “de es- perteza e outros análogos” (Pareto, 1923, v.3, §2268, p.427). Em outros termos, a fraude e a corrupção devem ser tomadas como processos ordinários do governo (cf. Pareto, 1923, v.3, §2257, p.402-3).

O político corrupto sabe utilizar a astúcia; contudo, um governo equilibrado deve combinar as qualidades da raposa àquelas do leão, isto é, o elemento de força não pode estar ausente. O não uso da força pela elite de governo abre espaço para que elites vindas dos estratos inferiores imponham, pela violência, sua vontade aos governantes (cf. Pareto, 1923, v.3, §2178, p.339). Deste modo, a substituição da elite dirigente se dá no momento em que esta – saturada de homens “habitua- dos a governar com o compromisso e com a astúcia” – encontra-se com uma nova elite “na qual estão presentes e são dominantes aqueles caracteres de fé, energia e cora- gem” que faltam nas velhas aristocracias (cf. Bonetti, 1994, p.60). Essa perturbação no equilíbrio social é evitada quando a classe governante assimila elementos ativos dentre a massa de governados, ou, em outros termos, quando ocorre uma gradual “circulação das elites”. Este é um elemento duplamente importante para as elites governantes. Por um lado, a absorção molecular de novos elementos representa um fator de renovação para a classe eleita, isto é, em função da sua tendência à degeneração, faz-se necessária a assimilação de novos indivíduos que possuam as qualidades progressivamente ausentes na classe governante, indispensáveis à manutenção do governo (cf. Pareto, 1923, v.3, §2054, p.262).

Em outros termos, o fenômeno político do transformismo que descrevemos antes é, para Pareto, um processo ordinário e necessário para a manutenção do equilíbrio do sistema, isto é, consiste numa forma de evitar sublevações violentas como as revoluções. Nesse sentido, afirma o autor que “basta à classe governante acrescentar a si um número restrito de indivíduos, para tolher os líderes à classe governada” (Pareto, 1923, v.3, §2179, p.340). Quando a absorção de novos elementos é retardada em relação às necessidades, abre-se a oportunidade para as elites vindas dos estratos inferiores tomarem o governo de forma abrupta, isto é, neste caso a substituição das elites ocorreria por meio de revoluções (cf. Pareto, 1923, v.3, §2057, p.263).¹⁴

À luz dessa reflexão sobre a necessidade do uso da força pelas elites políticas, Pareto desfere duras críticas à *Destra Storica*. Para o autor, esta não teria conseguido ser a continuadora do liberalismo cavourniano. Sua tarefa era dar credibilidade àquela tradição liberal e de fazer frente à esquerda como defensora das liberdades econômicas contra as invasões do poder do Estado, isto é, deveria ter sustentado as liberdades econômicas contra o socialismo. Pela sua fraqueza, a *Destra Storica* teria, então, traído os seus princípios e assim perdido a razão de existir (ibid., p.14).

Como fica evidente, Pareto e Mosca igualmente entendem que as elites socialistas no poder representariam o aprofundamento da crise do Estado unitário. Rejeitam veementemente a leitura – de vertente marxista – que insere o problema da democracia no interior das relações de forças sociais, da luta de classes. Em ambas as análises elitistas o objeto de exame permanece sendo as características individuais, seja a capacidade da elite em manter o Estado pela força, sejam as características morais e intelectuais da classe política, sua psicologia e suas relações com as instituições de Estado. Mosca, em busca por uma classe política “ética”, ou Pareto, visando uma elite forte, chegam ao mesmo resultado: o reforço da concepção de Estado como um ente que se eleva acima das classes sociais, assim como de uma elite política que possui qualidades superiores e se constitui como classe em si.

Gramsci, por sua vez, contesta a ideia já consagrada em seu tempo de uma *intelligentsia* detentora de potencialidades libertadoras da ciência, em condição de ser guia do povo ou de um grupo portador da consciência nacional.¹⁵ Reelabora

14 Pareto dirige uma severa crítica àqueles que tomam as revoluções como veículos de transformação social em direção a formas igualitárias de organização. Para o autor, estão enganados todos os que acreditam numa mudança social em nome da “justiça, da liberdade e da humanidade”. Na realidade – afirma Pareto –, tais ações têm o único efeito de ajudar as novas elites a alcançar o poder e a “fazer pesar”, em seguida, sobre a população “um jugo frequentemente mais duro” que as antigas aristocracias (cf. Pareto, 1974, p.153).

15 Tal como fizeram Lenin (*A que herança renunciamos*) e Trotsky (*História da Revolução Russa*), igualmente críticos dessa ideia de elite dirigente distinta e iluminada. Sobre a história do conceito de *intelligentsia*, cf. Vieira (2008).

o conceito de intelectual,¹⁶ alargando-o, definindo-o como organizador de classe, isto é, como dirigente político sempre ligado às classes sociais, donde surgem as categorias de intelectual orgânico e de intelectual tradicional. Enquanto o intelectual tradicional se caracterizaria, sobretudo, por representar a ética e a política tornadas anacrônicas em virtude da superação do modo de produção da vida que as sustentava, devido à implantação de um novo bloco histórico, o intelectual orgânico, pelo contrário, seria definido pela sua ligação aos modernos grupos sociais, que emergem na medida em que superam uma situação social anteriormente dominada e dirigida por antigos grupos no poder (Gramsci, 2007, Q.4, §49, p.475).

Neste sentido, deve-se compreender que “todo grupo social” cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais. A diferença entre o tipo de intelectual tradicional e o orgânico é, portanto, essencialmente seu compromisso de classe e, em consequência, a posição que assume em relação à nova formação social, isto é, se é regressiva, se pretende a manutenção das concepções tradicionais, ultrapassadas, ou se é progressiva, ligada às necessidades econômicas, políticas e éticas dos grupos sociais mais avançados (Gramsci, 2007, Q.12, §1, p.1513-4). Diante disto, torna-se evidente que a definição de intelectual nos *Cadernos* não pode ser encontrada nas qualidades intrínsecas às atividades intelectuais, mas no sistema de relações no qual essas atividades – bem como os grupos que as personificam – se encontram, isto é, no conjunto geral das relações sociais (ibid., p.1516).

Por outro lado, o autor destaca o papel central que os intelectuais desempenham na direção dos Estados europeus modernos não nascidos da revolução de tipo jacobino-francês, como é o caso da Itália. Nesses contextos, o impulso para o progresso não está baseado no desenvolvimento econômico nacional, mas naquele internacional, isto é, a revolução burguesa se desenvolve a partir do impulso dos países centrais, principalmente sob a influência da Revolução Francesa. Desse modo, o desenvolvimento econômico internacional envia para a periferia suas correntes ideológicas (que nascem com base no desenvolvimento econômico dos países mais avançados no capitalismo). Assim, em nível nacional, o grupo portador de novas ideias não é o grupo econômico, mas os intelectuais (Gramsci, 2007, Q.10II, §61, p.1361). Daí a centralidade dos intelectuais capazes de cimentar essas classes e levar a cabo uma série de reformas burguesas a partir do alto.

Na Itália, essas reformas modernizantes feitas desde o alto culminaram na esterilização política das massas. De acordo com Gramsci, durante o processo de unificação da Itália, a incorporação molecular do Partido da Ação ao grupo mo-

16 De acordo com Gramsci: “Os *Elementi di scienza politica* de Mosca (nova edição ampliada de 1923) devem ser examinados para esta rubrica. A chamada ‘classe política’ de Mosca não é mais do que a categoria de intelectual do grupo social dominante: o conceito de ‘classe política’ de Mosca deve ser aproximado do conceito de ‘elite’ de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social (...)” (Gramsci, 2007, Q.8, §24, p.956-7).

derado piemontês decapitou as massas, tornando-as impotentes (Gramsci, 2007, Q.1, §43, p.38). Esse processo de transformismo, de absorção do antagonista no seio do Estado esvaziando seu conteúdo revolucionário, seria justamente uma das formas históricas da revolução passiva, ou revolução-restauração, conceito fundamental para a compreensão dos limites e entraves da participação política popular nos países da periferia do capitalismo, como veremos a seguir.

Democracia e revolução passiva

O conceito de revolução passiva foi formulado por Gramsci a partir da reflexão sobre a concepção de revolução-restauração, de Edgar Quinet, e sobre o conceito de revolução passiva de Vincenzo Cuoco (Gramsci, 2007, Q.10II, §41, XIV, p.1324). Para Quinet, toda revolução seria seguida de um período de restauração, enquanto Cuoco empregou o termo para se referir à revolução napolitana de 1799. Esta teria sido suscitada pelo impacto de acontecimentos externos, como a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, restringindo-se a um pequeno grupo de intelectuais, que não teria sabido se ligar às concretas necessidades do povo (Coutinho, 2001, v.5, p.371). De acordo com Gramsci, ambos os conceitos exprimem o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária; do desenvolvimento italiano como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, tendo ocorrido através de “restaurações” que acolhem certa parte das exigências que vêm de baixo (restaurações progressistas) (Gramsci, 2007, Q.10II, §41, XIV, p.1326).

Como dissemos antes, esse processo de revolução passiva seria, de acordo com Gramsci, próprio dos Estados europeus modernos não nascidos da revolução de tipo jacobino-francês. Nessas formações sociais a modernização do aparelho de Estado se daria sem a explosão revolucionária, isto é, sem a mudança radical e violenta das relações sociais e políticas, mas por meio de ondas reformistas moleculares, que expressam a conciliação das diferentes frações da burguesia com as velhas classes feudais (Gramsci, 2007, Q.10II, §61, p.1361).

O conjunto de “pequenas ondas reformistas sucessivas [...] sem explosões revolucionárias como aquela originária francesa” define um processo de revolução sem revolução. De acordo com Gramsci, essas “ondas sucessivas” são constituídas por uma combinação de lutas sociais, de intervenções pelo alto do tipo monarquia iluminada e de guerras nacionais, com predominância desses dois últimos fenômenos”. Por meio desse processo longo de reformas a “burguesia chega ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês” (Gramsci, 2007, Q.10II, §61, p.1358). Dito de outro modo, essas ondas reformistas modernizam o aparelho de Estado conservando as antigas classes no poder, e ao mesmo tempo, absorvem molecularmente as lideranças das classes subalternas no interior do aparelho estatal, decapitando as massas e, assim, impedindo sublevações violentas vindas de baixo. Neste contexto, “as velhas classes feudais são rebaixadas da condição

de ‘dominantes’ àquela de ‘governativas’, mas não são eliminadas”, tornando-se castas, sem funções econômicas predominantes (ibid.).

No *Caderno 19* (§24, p.2010), intitulado *O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália*, Gramsci sintetizou o cenário político do *Risorgimento* da seguinte maneira:

Os moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas [...] ao passo que o chamado Partido da Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, segundo os interesses dos moderados; ou seja, historicamente o Partido da Ação foi guiado pelos moderados.

A generalização teórica deduzida dessa análise histórica é que “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” (Gramsci, 2007, Q.19, §24, p.2010). Isto significa que o Estado, longe de ser uma entidade desligada dos conflitos de classes, é ele mesmo resultado das relações de forças que se estabelecem entre os diferentes grupos na sociedade civil e na sociedade política. De clara inspiração maquiaveliana, temos aqui a fórmula da hegemonia, composta tanto pelo elemento de direção, do consenso, quanto pela dominação, isto é, pela força. De acordo com Gramsci, dada a hegemonia de um grupo social, este “domina os grupos adversários que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados”, sendo que uma das condições para a construção dessa hegemonia é que o grupo seja capaz de “ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental” e “depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’” (ibid.).

Assim, os moderados, como grupo hegemônico também após a unificação italiana, continuaram a dirigir o Partido da Ação, de modo que o “transformismo” não foi nada mais que “a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política” (Gramsci, 2007, Q.19, §24, p.2011). De acordo com Gramsci, a vida política italiana é definida pelo transformismo, principalmente após 1848, isto é, a classe dirigente italiana vai se definindo e se ampliando nos “quadros fixados pelos moderados” (ibid.). Isso quer dizer que toda a classe dirigente, também aquelas frações de oposição, age dentro dos limites fixados pela política dos conservadores, de modo que os ganhos democráticos – conquistados lentamente – estão sempre muito aquém das reivindicações dos grupos mais radicais.

Essa hegemonia que se realiza e se mantém por meio do transformismo – como dissemos, uma das formas históricas da revolução passiva (Gramsci, 2007, Q.8, §36, p.962) – deve ser, contudo, classificada como uma hegemonia restrita. Para Gramsci, a hegemonia é caracterizada “por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força suplante em muito o consenso, ao

contrário, *apareça apoiada pelo consenso da maioria*” (Q.1, §48, p.59, grifos nossos). Destarte, a hegemonia supõe contemplar, ainda que de modo subordinado, os interesses das classes subalternas pelo Estado. Ao mesmo tempo, o “exercício ‘normal’ da hegemonia no terreno tornado clássico pelo regime parlamentar” (ibid.) compreende a possibilidade dos grupos subalternos constituírem seus aparelhos privados de hegemonia. Embora em condições materiais diferentes, os subalternos podem – na medida de suas forças – difundir suas concepções de mundo e disputar o consenso na sociedade. Porém, se em vez de se manter pelo consenso ativo das massas a hegemonia se mantiver pela produção e reprodução da passividade por meio da absorção gradual e contínua dos elementos ativos dos grupos aliados e adversários, ocorre uma inversão da fórmula da hegemonia: o domínio não pode mais ser caracterizado como um aspecto da direção, isto é, a força não se apoia mais no consenso como referido acima, ao contrário, “a direção política torna-se um aspecto da função de domínio” (cf. Q.1, §44, p.41). Substitui-se, assim, o consenso pela astúcia, a força suplanta o consenso, de modo que somente a parte ferina do Centauro maquiaveliano permanece atuante.¹⁷

Em síntese, o processo de revolução passiva se funda na assimilação dos diferentes grupos ao grupo dirigente no interior de uma coalisão conservadora, que encontra no transformismo sua principal face histórica. O equilíbrio entre as forças progressistas e reacionárias em cada contexto nacional, contudo, não está predeterminado, pelo contrário, dependerá das relações concretas de forças, isto é, do nível de organização autônoma e da capacidade de direção das classes subalternas. No processo de unificação italiano, isto é, no *Risorgimento*, como já se disse anteriormente, verifica-se a formação de uma ampla coalizão entre as diferentes frações da burguesia e as classes reacionárias. Esse quadro completa-se com o papel subordinado que as lideranças do Partido da Ação desempenharam diante dos moderados. Cavour, entretanto, de acordo com Gramsci, mostrou-se melhor dirigente que Mazzini na medida em que ele tinha consciência de sua missão, enquanto Mazzini parecia não ter nem consciência de sua própria missão nem, tampouco, da missão de Cavour (Gramsci, 2007, Q.15, §11, p.1767). Assim, para o autor, se Mazzini tivesse tido tal consciência, “se tivesse sido um político

17 A reelaboração do tema maquiaveliano da força e do consenso como fundamentos do Estado, bem como a conexão entre Marx e Maquiavel, são elementos fundamentais da constituição de uma ciência política adequada à filosofia da práxis de acordo com Gramsci (cf. Aliaga, 2013). Para Maquiavel, o príncipe deveria tomar como exemplo o Centauro Quíron que, sendo metade homem e metade animal, poderia ensinar a arte do governo por meio das boas leis e das boas armas. De acordo com o secretário florentino, do animal, especificamente, o príncipe deveria tomar o exemplo tanto da raposa, pela astúcia, quanto do leão, pela força (cf. Maquiavel, 1966, p.86, 99). Mas enquanto Gramsci define a fórmula da hegemonia (no funcionamento normal do parlamentarismo) como um equilíbrio entre força e consenso, Pareto identifica o consenso com o engano, isto é, com a astúcia da raposa (cf. Pareto, 1974, p.156), de modo que o aspecto humano do governo é suprimido. Por essa razão, Pareto entende ser o transformismo um aspecto ordinário do governo, enquanto para Gramsci ele é índice de uma restrição do consenso, de uma inversão da fórmula da hegemonia.

realista e não um apóstolo iluminado” o Estado italiano poderia ter se formado em “bases menos atrasadas e mais modernas” (ibid.).

De acordo com Gramsci, se o Partido da Ação tivesse conseguido contrapor aos moderados “um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar dos camponeses”, seria possível pelo menos imprimir ao movimento do *Risorgimento* um caráter mais popular e democrático. De acordo com o autor, não seria possível ir muito mais além disso, dadas as próprias características do movimento *risorgimental*, contudo, uma oposição organizada segundo um plano determinado poderia ter oferecido maior resistência à atração “espontânea” exercida pelos moderados (Gramsci, 2007, Q.19, §24, p.2012).

Como se vê, Gramsci entende que os problemas da democracia parlamentar da Itália *risorgimental* – que se estenderam para além da unificação – não poderiam ser qualificados exclusivamente como uma crise (muito menos como uma crise desencadeada pela falta de uma elite política eficiente e ética). Os entraves da democracia, identificados com as dificuldades para a organização política autônoma das massas populares e, em decorrência, para sua ativação intelectual e moral, apresentavam um caráter sistêmico, isto é, profundamente entranhado na formação do Estado moderno na Itália. O novo Estado se formara a partir do amálgama entre o antigo e o novo, entre a burocracia e o patrimonialismo, entre as classes inovadoras do capitalismo e as oligarquias meridionais reacionárias, acompanhado pela ação controlada das classes subalternas, por seu subversivismo esporádico e descontínuo, em grande medida, fruto da ausência de lideranças autônomas, capazes de levar adiante programas de ação que refletissem as reivindicações essenciais dos subalternos.

Gramsci, portanto, ao pensar a democracia não direcionou prioritariamente sua atenção para o parlamento, e sim para a organização das classes subalternas. Sua análise se voltou principalmente para a democracia no interior do partido político, para a formação de intelectuais orgânicos das classes subalternas que estivessem à altura da tarefa hercúlea de fazer frente à conformação autoritária do Estado italiano. Isto exigiria o esforço para a construção de um movimento unitário que congregasse cidade e campo, em suma, capaz da criação daquilo que ele qualificou como vontade nacional popular.¹⁸

18 Segundo Medici, o termo “vontade” ocorre já nos escritos pré-carcerários de 1917-1918, nos quais a vontade é aquela do homem que transforma o seu mundo através de uma prática que se caracteriza como eminentemente renovadora, tentando uma atuação – ou pelo menos teorizando – um projeto social radicalmente inovador, a instauração da “nova ordem” socialista. Nos anos subsequentes, o aprofundamento do contato com Marx levará Gramsci a uma profunda transformação na sua concepção de vontade. Conforme esclarece Medici, o “fundamental tema gramsciano da vontade” não é abandonado, suporta, ao contrário, um processo de problematização que conduz Gramsci a pensar em termos mais complexos e articulados o tema da revolução, de forma que “‘não a energia da vontade’, mas a análise das ‘condições nas quais ela opera’ aparece agora como ‘elemento decisivo’” (Medici, 2000, p.65-6).

Para os elitistas, a profunda desvantagem das massas consiste na sua permanente desorganização frente à organização da minoria no poder, o que as impede de afrontar as manobras da elite, bem como “de opor conscientemente e eficazmente a ela a própria vontade” (Bovero, 1975, p.10). A teoria das elites, portanto, “nega que à massa possa ser reconhecida qualquer forma de vontade autônoma e muito menos uma vontade soberana” (ibid.). Isto especifica a natureza da teoria das elites – diz Bovero – como “teoria que supõe uma só classe” (ibid., p.36).

Para Gramsci, ao contrário, o conformismo é um produto social porquanto “a revolução feita pela classe burguesa na concepção do direito e, portanto, na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo” (Gramsci, 2007, Q.8, §2, p.937). O conformismo social é, portanto, produzido e reproduzido em função da necessidade de garantir a tranquilidade indispensável para a manutenção da ordem. Como lembra Marx, à burguesia interessa, sobretudo, a tranquilidade para que possa gerir seus negócios; são os “Bonapartes” quem garantem essa tranquilidade (cf. Marx, 2008, p.278-9).

A ausência da vontade popular num contexto de revolução passiva adquire contornos mais dramáticos uma vez que a própria formação do Estado em função da generalização do transformismo e da centralização burocrática inviabiliza a construção de partidos autônomos, capazes de representar os interesses populares. Trata-se, portanto, de criar organismos políticos populares capazes de despertar essas vontades. A vontade coletiva – de acordo com Rita Medici (2000, p.70) – representa para Gramsci de fato um modo específico de ligar teoria e prática. A autora observa que o termo é utilizado “quase imediatamente e exclusivamente” por Gramsci no sentido político e que a vontade se insere no conjunto conceitual gramsciano que articula Marx e Maquiavel, de forma que o partido político caracteriza-se como o “moderno príncipe” que toma a forma de um organismo popular – colocando-se no centro tanto da reflexão mais estritamente política quanto da reflexão filosófica (Medici, 2000, p.61-62).

Conclusão

Gramsci se questiona se esse “modelo” de formação dos Estados modernos, isto é, o modelo da revolução-restauração, seria específico da Itália, ou se, pelo contrário, “pelo menos em parte, podem ocorrer desenvolvimentos similares” (Gramsci, 2007, Q.10II, §61, p.1361), revelando, assim, a hipótese de que o conceito de revolução passiva poderia ser generalizado para outros contextos nacionais. De acordo com Gramsci, uma vez que “em todo acontecimento histórico se verificam quase sempre situações semelhantes, deve-se ver se é possível extrair daí alguns princípios gerais de ciência e de arte política” (Gramsci, 2007, Q.15, §11, p.1767). Um desses princípios indica que as transformações moleculares que definem o processo de revolução passiva “modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (ibid.). O transformismo, isto é, a absorção de elementos do Partido

da Ação pelos moderados, modificou progressivamente essas forças, especialmente empobrecendo as forças revolucionárias, fazendo que muitos elementos abandonassem Mazzini e passassem para as fileiras de esquerda do partido piemontês (Gramsci, 2007, Q.15, §11, p.1769).

Destarte, é possível afirmar que a permanência desse processo de indiferenciação ideológica entre esquerda e direita, a utilização regular de concordatas, o recurso à cooptação – práticas associadas ao transformismo – possuem efeitos permanentes tanto na formação dos partidos parlamentares, que já nascem viciados na clientela – o que, como vimos, Pareto entende ser um processo ordinário e intrínseco à política –, quanto na formação dos partidos de oposição, que já nascem decapitados, tornando essa situação de pouca participação política da massa de governados uma realidade permanente na história dos Estados modernos ocidentais.

Deste modo entende-se que os efeitos do processo de revolução sem revolução não se resumem ao momento da formação do Estado, pelo contrário, ele conforma padrões de comportamento, procedimentos, compromissos e valores políticos que se mostram resistentes às tentativas de reformas políticas pontuais, ou, pode-se dizer, de moralização da política. Na rede conceitual que Gramsci desenvolve nos *Cadernos do cárcere*, a “reforma intelectual e moral” ocupa certamente um lugar central, que de fato se apresenta como certa “solução” para as crises da democracia liberal. Ela, contudo, somente pode ser suficientemente compreendida como a antítese que deve superar a tese de modo revolucionário, sobrepujando a antiga dialética da conservação-inovação da revolução passiva, que “muda para que tudo permaneça como está”.

Referências bibliográficas

ALIAGA, L. *Gramsci e Pareto: itinerários de ciência política*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.

_____. A questão política dos intelectuais: as “elites” dirigentes nos *Quaderni del Carcere* de A. Gramsci. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, ano 3, n.3, dez. 2011.

_____. Vilfredo Pareto: il più leale degli avversari. In: D’ORSI, A. (org.). *Il Nostro Gramsci: Antonio Gramsci a colloquio con i protagonisti della storia d’Italia*. Roma: Viella, 2011.

ALBERTONI, E. A. *La teoria della classe politica nella crisi del parlamentarismo*. Milano: Istituto editoriale Cisalpino, 1968.

_____. *Gaetano Mosca y la formación del elitismo político contemporáneo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

BARATTA, G. *Le rose e i quaderni: il pensiero dialógico di Antonio Gramsci*. Roma: Carocci/IGS, 2003.

BIANCHI, A.; ALIAGA, L. Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana. *Análise Social*, 203, XLVII (2^o), 2012.

_____. La scienza politica di Pareto e Gramsci. *Critica Marxista*, Roma, v.1, 2012a.

- BOVERO, M. *La teoria dell'élite*. Torino: Loescher Editore, 1975.
- BURGIO, A. Elites, democrazia e transizione. In: *Gramsci: il sistema in movimento*. Roma: Labirinti, 2014.
- BONETTI, P. *Il Pensiero Político di Pareto*. Bari: Laterza, 1994.
- BUSINO, G. Introduzione. In: PARETO, V. *I Sistemi Socialisti*. Torino: UTET, 1974.
 _____. *Guida a Pareto*. Milano: Rizzoli Editore, 1975.
- CAMMARANO, F. *Storia dell'Italia liberale*. Roma-Bari: Laterza, 2011.
- COUTINHO, C. N. Introdução e notas. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. 6v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DE MAS, E. *L'Italia tra ottocento e novecento e le origini della scienza politica* (Mosca, Michels, Ferrero, Rensi). Lecce: Milella, 1981.
- FEMIA, J. *The Machiavellian Legacy: Essays in Italian Political Thought*. New York: St. Martins's Press, 1998.
- FERNANDES, R. C. F. *Oligarquia e transformismo: a crítica de Gramsci a Michels*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.
- FILIPPINI, M. *Una filologia della società*. 2008. Tese. Departamento de Política, Instituição e História, Universidade de Bologna, Bologna.
- FINOCCHIARO, M. *Beyond Right and Left: Democratic Elitism in Mosca and Gramsci*. New Haven/London: Yale University Press, 1999.
- GALLI, G. Gramsci e le teorie delle "élites". In: GARIN, E. et al. *Gramsci e la cultura contemporanea II*. Roma: Riuniti/ Instituto Gramsci, 1967.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007.
 _____. *La questione meridionale*. Molinara: West Indian, 2014.
- MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MAQUIAVEL, N. *Opere*. Milano: Ugo Mursia editore, 1966.
- MEDICI, R. *Giobbe e Prometeo: Filosofia e Política nel Pensiero di Gramsci*. Firenze: Alínea, 2000.
 _____. *La metafora Machiavelli: Mosca, Pareto, Michels, Gramsci*. Modena: Muchi, 1990.
- MOSCA, G. *Ciò che la storia potrebbe insegnare*. Scritti di scienza politica, Milano: Ed. Giuffrè, 1958.
- PARETO, V. *Trattato di sociologia Generale*. Firenze: G. Barbera, 1923.
 _____. *I Sistemi Socialisti*. Torino: UTET, 1974.
 _____. *Scritti Politici*. v.II. Torino: UTET, 1974a.
- PROCACCI, G. *Storia degli italiani*. Roma-Bari: Laterza, 1975.
- SCHLESNER, A. A Crítica de Gramsci à teoria das elites: Pareto, Mosca e Michels e a democracia burguesa. *V Colóquio Marx Engels*. Campinas: Unicamp, 2007.
- SGAMBATTI, V. Per un'analisi del rapporto tra Gramsci e gli élitisti. In: FERRI, F. (org.). *Politica e Storia in Gramsci*. Roma: Riuniti/Instituto Gramsci, 1977.
- SOLA, G. Scienza politica e analisi del partito in Gramsci. In: MASTELLONE, S.; SOLA, G. (orgs.). *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Firenze: Centro Editoriale Toscano, 2001.
- SUSCA, E. *Vilfredo Pareto: tra scienza e ideologia*. Napoles: La Città Del Sole, 2005.

VIEIRA, C. E. *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. Revista Brasileira de História da Educação*, n.16, jan.-abr. 2008.
ZARONE, G. *Classe politica e ragione scientifica: Mosca, Croce, Gramsci*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1990.

Resumo

O centro de interesse deste artigo está na problemática colocada inicialmente por G. Mosca e V. Pareto, primeiros sistematizadores da teoria das elites, sobre a crise parlamentar italiana na passagem do século XIX para o XX e na crítica que A. Gramsci faz a esses autores no contexto histórico do *Risorgimento* italiano. Ao inserir-se nessa discussão, Gramsci desenvolve uma importante análise sobre a revolução burguesa na Itália como um caso de *revolução passiva*, conceito que adquire grande relevância para o estudo da formação dos Estados capitalistas posterior à Revolução Francesa. A análise gramsciana desses processos traz à luz questões fundamentais, referentes aos limites e aos entraves que se apresentam para a concretização da democracia. Nesse sentido, o problema da divisão histórica entre dirigentes e dirigidos, no qual está envolvida tanto a questão da escassa participação política das massas populares quanto a crítica à democracia parlamentar na Itália, emerge como questão central desse debate.

Palavras-chave: Antonio Gramsci, revolução passiva, democracia, elites.

Abstract

The main interest of this article is, first the problem raised initially by G. Mosca and V. Pareto, introducers of the Theory of Elitism, elaborated in relation to the Italian parliamentary crises in the late nineteenth century and secondly, the critique formulated by A. Gramsci in the historical context of the Italian *Risorgimento*. Gramsci develops an important analysis concerning the bourgeois revolution in Italy as a case of *Passive Revolution*, a concept that acquires enormous relevance for the study of the formation of capitalist states after the French Revolution. Gramsci's analysis of these processes discusses limits and impediments in the pace to consolidate democracy. In this sense, the problem of the historical division between leaders and masses, scarce political participation and the critic of the Italian parliamentary democracy are a central matter of discussion.

Keywords: Antonio Gramsci, passive revolution, democracy, theory of elitism.